



GT 037. Etnografias sobre a financeirização do agronegócio no Brasil: efeitos, disputas e comparações

Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar) - Coordenador/a, Luciana Schleder Almeida (UNILAB) - Coordenador/a

Este grupo de trabalho tem como intuito propor um debate sobre a financeirização do agronegócio no Brasil por meio de etnografias que explorem a imbricação de elementos técnicos e morais que marcam a chamada "sociedade do agronegócio" (Heredia, Palmeira, Leite 2010). São bem vindas reflexões baseadas em trabalho etnográfico que proponham, por exemplo, comparações entre o agronegócio para exportação e redes de troca de produtos não financeirizados, como o caso de sementes crioulas e produtos agroecológicos; descrições de alianças entre técnicos, grupos de pesquisa e produtores em torno de saberes e tecnologias que visam o aumento da produção e circulação de produtos; estratégias discursivas que esses agentes mobilizam para legitimar a expansão do agronegócio; etnografias sobre leilões e mercados agropecuários que joguem luz sobre novas correntes de economia e mercados; análises sobre as distintas temporalidades implicadas no "dentro" e "fora" da porteira, assim como em mercados físicos e futuros. Pretende-se, deste modo, reunir tanto pesquisadores que têm como foco central questões próprias da antropologia da economia, assim como aqueles que as tangenciam tendo em vista os processos de expropriação e conflito que seus interlocutores de pesquisa vêm enfrentando no meio rural brasileiro.

A aposta nos hedgers: derivativos agropecuários na formação do mercado de futuros no Brasil

Autoria: Anna Catarina Morawska Vianna

O intuito deste paper é esboçar uma descrição etnográfica do papel dos derivativos agropecuários na criação de um novo mercado de futuros pelos executivos da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) em meados da década de 1980, originalmente nomeado Bolsa Mercantil & de Futuros (BM&F). De modo a amenizar a ideia de especulação irresponsável atrelada ao mercado financeiro, a estratégia adotada pela BM&F para a promoção do novo mercado foi a de reiterar a figura do hedger: o produtor agrícola que minimizaria os riscos oriundos das oscilações de preço da sua commodity agrícola por meio do investimento em derivativos agropecuários. Tratava-se de apostar na imagem do capitalismo produtivo e não especulativo para gerar "confiança" nos investidores. Os principais produtos a deslanchar, contudo, não foram os derivativos agrícolas, mas os derivativos financeiros com os quais se podia especular em torno da oscilação de juros, índices, moedas, e outros ativos financeiros, e que compõem até hoje a maior parte das negociações no mercado de futuros no Brasil. Por meio de pesquisa em documentos oficiais da BM&F das décadas de 1980 e 1990, e alinhada a discussões recentes em antropologia das finanças, pretendo explorar como agentes do capitalismo financeiro mantêm uma proximidade retórica com a ideia de capitalismo produtivo, apesar da enorme disjunção entre o mundo da produção agrícola e o mundo do mercado de futuros.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**